

A voz das ciências sociais é masculina?

Verônica Toste\* e Marcia Rangel Candido\*\* (2016)



Fonte\*\*\*

A presença das mulheres tem marcado a história das Ciências Sociais no Brasil. Em 1970, antes mesmo do ingresso massivo de mulheres nas universidades e quando elas ainda representavam apenas 25% do corpo discente dos cursos de ensino superior, elas já eram 72% das portadoras de diploma na área. Ao longo das décadas, com a paulatina superação do hiato de gênero na educação superior, as mulheres ampliaram ainda mais a sua presença entre os cientistas sociais, atingindo no ano 2000 o percentual de 78% dos detentores de diploma de licenciatura e bacharelado na área (Guedes, 2008). Ao atingir o nível da pós-graduação, no entanto, elas se distribuem desigualmente entre áreas de Ciência Política, Sociologia e Antropologia: do total de doutores em cada uma das áreas no ano de 2008, o percentual de mulheres era de 34% na Ciência Política, 55,6% na Sociologia e 54,5% na Antropologia (CGEE, 2010).

Além de sugerirem uma divisão sexual do trabalho no campo científico, no interior do qual a Ciência Política se destaca como a área mais masculina, os dados mostram que, mesmo representando um grupo pequeno entre os graduados em ciências sociais, os homens têm participação paritária no nível mais alto da formação de cientista social. No topo da carreira profissional, por sua vez, as mulheres estão em desvantagem em relação aos seus pares do gênero masculino: a pesquisa de Guedes et al (2015) mostrou recentemente que entre os anos de 2001 e 2012 as bolsas de produtividade conferidas a pesquisadoras mulheres na Ciência Política caiu de 46,5% para 33,7% e na Sociologia de 53,1% para 47%. Tais dados sugerem que as mulheres cientistas sociais têm dificuldades em conquistar as posições mais prestigiadas e bem pagas na carreira mesmo dentro de uma área indisputavelmente feminina. A despeito da massiva participação das mulheres nas ciências sociais, há indícios de que elas enfrentam segregação hierárquica ou “teto de vidro” nesse campo.

## **Gênero e tempo**

A literatura sobre gênero e mercado de trabalho oferece pistas valiosas para interpretar esses resultados. A conciliação entre a carreira profissional e as responsabilidades domésticas, isto é, o trânsito entre trabalho e família, é apontada como um dos maiores desafios para as mulheres cientistas. Em razão disso, costuma-se dizer que suas ambições profissionais são menores, quando de fato as mulheres lutam para corresponder às expectativas de uma área que se apoia sobre uma noção masculinizada de trabalhador isento de responsabilidades domésticas e familiares.

Recentemente o trabalho de Marina Cordeiro (2015) mostrou que as percepções e usos do tempo entre homens e mulheres cientistas sociais estão fortemente relacionados a comprometerimentos distintos com o cuidado e que as dinâmicas entre trabalho familiar e trabalho pago são fontes de desvantagens para as mulheres na área altamente competitiva das ciências sociais. Em outras palavras, como a responsabilidade pelo trabalho doméstico e pelos filhos é convencionalmente atribuída às mulheres, a família se torna um dos locus geradores de desvantagens profissionais.

Nesse sentido, a pesquisa sobre inserção laboral das mulheres, as desigualdades na esfera ocupacional e de rendimentos do trabalho, isto é, sobre a distribuição de homens e mulheres dentro de posições na divisão social do trabalho não pode ser corretamente desenvolvida sem uma reflexão sobre a própria estruturação desse mercado. As crescentes exigências de produtividade, a dissolução das fronteiras entre tempo de trabalho e tempo de lazer, as próprias normas da pós-graduação e da progressão na carreira universitária, assim como as demandas do setor privado colaboram para tal estado de coisas. As mães cientistas, por exemplo, só tiveram o direito à licença-maternidade no mestrado e doutorado reconhecido em 2010, quando o CNPq emitiu uma portaria conferindo quatro meses de extensão das bolsas de estudo. No estágio probatório nas universidades públicas, de duração de três anos, o período da licença maternidade não é computado até hoje, o que faz com que as docentes mães tenham que apresentar níveis de produtividade iguais aos dos seus colegas que não tiveram filhos (Cordeiro, 2015).

## **Redes profissionais, citações e avaliação do trabalho das mulheres**

O intuito desse ensaio, no entanto, é fazer um exercício exploratório de outra fonte possível de produção de desigualdades de gênero nas ciências sociais, que diz respeito à produção e circulação de conhecimento. Dada a crescente centralidade conferida à quantificação da produção acadêmica no Brasil, a dimensão da pesquisa e publicação impacta cada vez mais as perspectivas profissionais das mulheres. Na literatura internacional já há alguns esforços notáveis nesse sentido. A partir de um rápido levantamento bibliográfico, encontramos trabalhos sobre viés de gênero na coautoria, na distribuição das citações e na avaliação de artigos acadêmicos. Ainda que não sejam aplicáveis às Ciências Sociais, tampouco ao Brasil, fazer um balanço desses trabalhos pode fornecer pistas de investigação e sugerir novas possibilidades de pesquisas sobre gênero na academia brasileira.

O trabalho de McDowell e Smith (1992) sobre a área de Economia nos Estados Unidos, por exemplo, encontrou evidências de que os pesquisadores da área tendem a selecionar prioritariamente coautores do mesmo gênero, o que contribui para a menor produção de

artigos científicos entre as economistas mulheres. Apesar de terem a mesma produtividade que seus pares masculinos em artigos de autoria individual, como as mulheres economistas têm menos chances de realizar trabalhos colaborativos, elas são prejudicadas nas decisões salariais e de promoção em virtude da menor produtividade acadêmica.

Na área de Relações Internacionais, por sua vez, investigou-se o viés de gênero nas citações de artigos publicados em revistas acadêmicas norte-americanas. Uma pesquisa feita com publicações em periódicos acadêmicos entre os anos de 1980 e 2007 mostrou que as mulheres são sistematicamente menos citadas que os homens mesmo depois de controladas diversas variáveis como ano de publicação, qualidade da revista, foco substantivo, perspectiva teórica, metodologia, nível na carreira e filiação institucional (Maliniak et al, 2013). Tudo mais constante, verificou-se que ser mulher faz com que o artigo de sua autoria receba 0,7 citações para cada 1 citação recebida pelo colega do gênero masculino. Em comentário aos resultados da pesquisa, Erik Voeten chamou atenção para a gravidade desse viés:

Artigos acadêmicos são aprovados mediante um processo anônimo de revisão por pares. De modo geral, os artigos publicados por homens e mulheres no mesmo periódico têm a mesma importância e qualidade. Não há nenhum tipo de ação afirmativa no processo de publicação. Não obstante, uma vez publicados, os artigos escritos por mulheres são menos citados que aqueles escritos por homens – mesmo quando publicados no mesmo periódico. Isso importa porque as citações são utilizadas em nossa profissão como indicadores de proficiência e como métrica para decisões na promoção no interior do campo acadêmico (Voeten, 2013. Tradução das autoras).

Outro estudo também desenvolvido na área de Relações Internacionais comparou os padrões de citação entre homens e mulheres que publicaram nas revistas *International Studies Quarterly* e *International Studies Perspectives* e verificou que os autores do gênero masculino têm três vezes mais chances de citar os trabalhos de outros homens do que citar artigos de autoria de mulheres (Mitchell et al, 2013). Ambas as descobertas, sejam aquelas referentes à coautoria ou às citações, podem ser ao menos parcialmente explicadas pela segregação de gênero nas redes profissionais [1]. Segundo essa explicação, a socialização de gênero produz endogamia nas redes profissionais de homens e mulheres, fazendo com que trabalhem separados. Isso, por sua vez, faz com que os homens tomem menos conhecimento da produção de seus pares femininos e, assim, citem as autoras mulheres com menos frequência [2].

Contudo, há outras evidências de viés de gênero que competem com essa explicação. Knobloch-Westerwick et al (2012) demonstraram que o gênero dos pesquisadores pode impactar a própria maneira como seu trabalho é avaliado. Em uma pesquisa experimental com 243 alunos de Comunicação, os autores deram resumos idênticos de artigos a diferentes estudantes de graduação para que eles avaliassem a sua qualidade e constataram que eles tendiam a avaliar melhor os resumos cujos autores eram identificados por nomes masculinos. Os pesquisadores verificaram ainda que determinados assuntos, tais como maternidade e imagem corporal, foram vistos como mais apropriados para mulheres, enquanto assuntos relacionados à política foram encarados como de domínio masculino. Cabe, portanto, indagar: quando se aprende a desvalorizar o trabalho das mulheres?

## **A voz das ciências sociais é masculina?**

Na discussão a respeito das razões pelas quais o trabalho das mulheres é desvalorizado, deve-se considerar outros processos que atuam desde cedo sobre os indivíduos. Nesse sentido, não é possível isolar as dinâmicas que ocorrem interior da academia de tendências mais generalizadas de socialização de gênero. Contudo, é razoável sustentar que se não sedimenta vieses de gênero, o campo acadêmico ao menos contribui para a constituição do futuro ethos profissional e científico dos estudantes, pois transmite quais são os consensos básicos, as rotinas e métodos legítimos de trabalho, as áreas, o conjunto de temas relevantes, assim como quais são as estratégias de sucesso, de obtenção de recompensas e reconhecimento de pares concorrentes. Em um nível mais prático, vale também frisar que aquilo que é lido durante a formação do estudante tende a constituir o repertório básico do que mais tarde ele citará e valorizará em suas pesquisas.

Essas intuições têm levado alguns pesquisadores e também algumas instituições a examinar os níveis de sub-representação de autoras mulheres nos currículos acadêmicos. Enquanto alguns docentes se esforçam para aumentar a paridade de gênero entre os autores utilizados em suas disciplinas, movimentos organizados de estudantes solicitam mais representatividade de mulheres, negros e LGBTQ nos currículos. Recentemente um grupo de estudantes da Universidade de Berkeley deu visibilidade à questão no texto “Occupy the Syllabus” [3].

Os textos e manifestos costumam aludir à pesquisa pioneira de Jeff Colgan (2015), que examinou um total de 4.148 leituras em 73 disciplinas de graduação em Relações Internacionais de 42 universidades norte-americanas. Colgan demonstrou que, além da sub-representação das mulheres, o viés de gênero é mais acentuado entre os docentes homens. Nas leituras incluídas nas ementas dos professores do gênero masculino os autores também homens representaram 79,1% da amostra. Já nos cursos ministrados por docentes mulheres os homens representaram “apenas” 71,5% dos autores dos textos incluídos nas ementas. As diferenças encontradas são estatisticamente significativas e os dados mostram que as mulheres tendem a incluir em torno de 5 leituras de mulheres a mais em seus cursos.

Com o intuito de fazer uma análise exploratória da distribuição por gênero nas ementas das pós-graduações brasileiras em Sociologia e Ciência Política, selecionamos os programas de ambas as áreas que obtiveram nota 7 na avaliação da CAPES no triênio 2013-2014-2015. A partir da análise das ementas dos cursos ministrados nessas instituições – Universidade de São Paulo e Universidade Federal do Rio de Janeiro – em 2016.1, obtivemos um total de 30 ementas e 1412 autores, incluídas as leituras complementares. Os cursos foram ministrados por 17 docentes do gênero feminino e 25 do gênero masculino, em alguns casos por mais de um professor. Os dados globais da distribuição de gênero da autoria dos textos indicam que há prevalência de autores homens, que representam 77,5% da amostra e que autoras mulheres representam 22,5%. Há também variação nessas proporções conforme o gênero dos(as) docentes:

	DOCENTES GEN FEMININO	DOCENTES GEN MASCULINO	DOCENTES MISTOS
Textos de autoras gênero feminino	24,8%	20,8%	27,8%
Textos de autores gênero masculino	75,2%	79,2%	72,2%

$N = 1412$   $X^2 = 4,155$   $gl = 2$

O teste do qui-quadrado – que testa a hipótese de independência entre as variáveis – mostra probabilidade de 90% de existência de uma correlação entre o gênero dos docentes e as leituras selecionadas. Os dados mostram também que quando os cursos são ministrados conjuntamente por docentes homens e mulheres a disparidade de gênero na bibliografia é menor do que ocorre com cursos ministrados exclusivamente por docentes homens e também por mulheres. Pretendemos futuramente expandir esse exercício para trabalhar com a variável texto no lugar de autor – e evitar eventuais distorções provocadas por textos de autoria de muitas pessoas -, incluir a Antropologia, assim como mais programas de pós-graduação e mais variáveis de análise. Por ora, parece suficientemente claro que as hipóteses provenientes da literatura internacional são aplicáveis ao contexto brasileiro e prometem descobertas interessantes.

### **Por que estudar a paridade de gênero nos currículos?**

O padrão de desigualdade que afeta as mulheres na área das ciências sociais mostra a necessidade de dirigirmos um olhar sociológico para a nossa própria disciplina. Ignorar as realizações das mulheres cientistas pode produzir, além de impactos subjetivos nas alunas e futuras profissionais, consequências materiais em suas vidas e carreiras. As pesquisas internacionais fornecem evidências de que a desvalorização do trabalho das mulheres nos currículos acadêmicos está associada a perda de produtividade, baixo reconhecimento das suas realizações acadêmicas e menores recompensas pela sua competência intelectual e profissional.

No que se refere à experiência das mulheres na academia, a falta de autoras do gênero feminino nos currículos colabora para a construção das ciências sociais como uma disciplina masculina, escassa em exemplos positivos para as mulheres. Além disso, priva as acadêmicas em formação de um dos aspectos mais instigantes e prazerosos do trabalho na nossa área: o estímulo à tradução de nossas ansiedades pessoais em questões sistêmicas, de caráter público e político. Em outras palavras, a falta de leitura de mulheres faz com que as estudantes tenham dificuldade de conectar os saberes das ciências sociais às suas experiências e biografia. Para a socióloga canadense Dorothy Smith, enquanto as mulheres sociólogas aceitarem essa perspectiva, elas estarão no processo de se auto-alienar de suas próprias experiências pessoais (Harding, 2004).

Discutir as implicações desse estado de coisas para a própria epistemologia das ciências sociais é tema para outro texto, mas por ora vale dizer que a invisibilidade das mulheres na disciplina é mais que uma falha superficial: é uma fraqueza estrutural. O silêncio das mulheres e sobre as mulheres em nosso campo é uma fonte de erro na própria análise social, pois deixa intocados diversos hábitos de apreensão do mundo do senso comum relativos a gênero. Além disso, introduz premissas não examinadas e secundariza ou

mesmo exclui a necessidade de pesquisa a respeito do caráter de gênero das realidades social, política e econômica. Nesse sentido, a inclusão de mulheres não é apenas uma questão de justiça, mas também uma exigência do rigor científico.

\* Verônica Toste é Doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ), bolsista de Pós-Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (IFCS-UFRJ) e pesquisadora associada do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Desigualdade (NIED-IFCS-UFRJ). Colabora com a Revista Escuta.

\*\* Marcia Rangel Candido é Doutoranda em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ) e pesquisadora associada do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA) e do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP). Colabora com a Revista Escuta.

\*\*\* A imagem que acompanha este texto foi produzida por Rory Midhani. Ela foi retirada do site: <http://www.autostraddle.com/rebel-girls-the-illustrated-and-quite-condensed-history-of-womens-studies-236467/>

## Referências

CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. *Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira* – Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.

COLGAN, Jeff. *New Evidence on Gender Bias in IR Syllabi*. 2015. Disponível em: <http://duckofminerva.com/2015/08/new-evidence-on-gender-bias-in-ir-syllabi.html>

CORDEIRO, Marina. *O tempo desigualmente distribuído: gênero e carreira acadêmica entre cientistas sociais*. Paper apresentado na ABET, 2015

GUEDES, Moema de Castro. *A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.117-132, jun. 2008.

GUEDES, Moema; AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. *A produtividade científica tem sexo? Um estudo sobre bolsistas de produtividade do CNPq*. *cadernos pagu* (45), julho-dezembro de 2015: 367-399.

HARDING, Sandra. “Standpoint Theories: Productively Controversial”, *Hypatia* 24(4) 2009: 192-200.

MALINIAK, Daniel; POWERS, Ryan M.; WALTER, Barbara F. *The Gender Citation Gap*. APSA 2013 Annual Meeting Paper; American Political Science Association 2013 Annual Meeting

MCDOWELL, John; KIHOLM, Janet. *The Effect of Gender-Sorting on Propensity to Coauthor: Implications for Academic Promotion*. *Economic Inquiry*; Jan 1992; 30, 1

MITCHELL, Sara McLaughlin; LANGE, Samantha; BRUS, Holly. *Gendered Citation Patterns in International Relations Journals*. *International Studies Perspectives*. Special

Issue: Feminism in International Relations. Volume 14, Issue 4, pages 485–492, November 2013

MOSS-RACUSINA, Corinne; DOVIDIOB, John; BRESCOLLC, Victoria; GRAHAMA, Mark; HANDELSMANA, Jo. Science faculty's subtle gender biases favor male students. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*. October 9, 2012, vol. 109 no. 41

KNOBLOCK-WESTERWICK, Silvia; GLYNN, Carroll; HUGE, Michael. The Matilda Effect in Science Communication: An Experiment on Gender Bias in Publication Quality Perceptions and Collaboration Interest. *Science Communication* October 2013 vol. 35 no. 5 603-625

VOETEN, Erik. Introducing the Monkey Cage gender gap symposium. 2013. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/blogs/monkey-cage/wp/2013/09/30/introducing-the-monkeycage-gender-gap-symposium/>

[1] <https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2013/10/04/gender-bias-in-professional-networks-and-citations/>

[2] A segregação de gênero no campo acadêmico chegou a ser satirizada recentemente em uma página da web que compila painéis, seminários e palestras compostas exclusivamente por homens, que recebeu o nome de “all male panels”. <http://allmalepanels.tumblr.com/>

[3] <http://www.dailyca.org/2015/01/20/occupy-syllabus/>